

# “Ele vai negar tudo”: O estudo interacional de uma história de Violência Doméstica contra a mulher narrada em entrevista de pré-mediação familiar judicial

Paulo Cortes Gago, Maria do Carmo Leite de Oliveira,  
Áida Silva Penna, Maria de Lourdes Pereira & Vanderlei Andrade de Paula

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil,  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil,  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil,  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil &  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

[https://doi.org/10.21747/21833745/lanlaw8\\_2a2](https://doi.org/10.21747/21833745/lanlaw8_2a2)

**Abstract.** *In this article, we study the narrative of a woman, allegedly the victim of gender-based violence, produced spontaneously in a legal family pre-mediation interview, in a child custody lawsuit. In a qualitative research work, in light of the theoretical-methodological framework of Conversation Analysis, we analyzed moments of this narrative as sequential objects, arranged in turns of talk-in-interaction. We describe the types of violence narrated, the way they occurred, and the actions of the social actors involved. Furthermore, we relate the narrative episodes that make up the plot to the ‘Maria da Penha’ Law and the cycle of violence. The results point to a complex network of personal and institutional relationships that deal with violence against women, in which everyone is an actor, whether in combat or in the perpetuation of the cycle of violence. We relate the micro-interactional results to macro-social and public policy issues.*

**Keywords:** *Violence against women, interview, legal family mediation, conversation analysis, interaction.*

**Resumo.** *Neste artigo, estudamos a história de uma mulher, supostamente vítima de violência de gênero, produzida espontaneamente em entrevista de pré-mediação familiar judicial, em processo judicial de guarda dos filhos. Em trabalho de pesquisa qualitativa, à luz da tradição teórico-metodológica da Análise da Conversa, analisamos momentos dessa narrativa como objetos sequenciais, dispostos em turnos de fala-em-interação. Descrevemos os tipos de violência narrados, a forma como ocorreram, e as ações dos atores sociais envolvidos. Mais ainda, relacionamos os episódios narrativos que compõem a trama à Lei Maria da Penha*

*ao ciclo da violência. Os resultados apontam para uma complexa rede de relações pessoais e institucionais que lidam com a violência contra a mulher, em que todos são atores, seja no combate ou na perpetuação do ciclo da violência. Relacionamos os resultados microinteracionais a questões de ordem macrossocial e de políticas públicas.*

**Palavras-chave:** *Violência contra a mulher, entrevista, mediação familiar judicial, análise da conversa, interação.*

## **Introdução**

Um dos tipos de violação contra os direitos humanos que tardou a entrar na agenda das discussões públicas sobre práticas sociais que precisam ser combatidas é o da violência doméstica contra a mulher. No Brasil, um marco da institucionalização de medidas legais para proteger mulheres em situação de violência foi a implantação, em 07 de agosto de 2006, da Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha (doravante LMP). No artigo segundo das disposições preliminares, a lei declara que:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (Brasil 2019)

Na esteira do reconhecimento dessas garantias fundamentais, a LMP veio contribuir para a criação de ferramentas de ajuda à repressão e prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, assim como na criação de mecanismos de assistência e proteção às mulheres em situação de violência. Inserem-se, entre essas contribuições, o estabelecimento da formação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar específicos e o incentivo, inclusive por meio de campanhas publicitárias. Nessas, são esclarecidos os diferentes tipos de violência a que uma mulher possa estar sendo submetida, é encorajado o compartilhamento de episódios de violência e é incentivada a prática da denúncia.

Alinhado à proposta deste volume, este trabalho busca ajudar a descrever as nuances da violência contra a mulher, gerando conhecimentos que contribuam para a visibilidade e combate dessa prática. Para tanto, analisamos, à luz da tradição teórico-metodológica da Análise da Conversa, um episódio de violência, narrado por uma mulher, durante uma entrevista de pré-mediação familiar judicial, em cujo processo seu ex-marido pede a guarda dos filhos, sob a alegação de maus tratos da mãe. Nosso objetivo aqui é o de analisar como essa mulher constrói localmente, em seus turnos de fala, as ações e agentes que participam in/diretamente do episódio de violência. Através desse trabalho, pretendemos mostrar a complexa rede de ações e relações envolvida nessa temática.

## **Estudos sobre a violência contra a mulher**

Esta seção objetiva revisar a compreensão da temática violência contra a mulher a partir das Ciências Sociais, do balizamento jurídico, e, por fim, das Ciências da Linguagem.

Em Ciências Sociais, Santos e Izumino (2005) revisam criticamente o uso dos conceitos de violência contra a mulher e violência de gênero nos estudos feministas dos últimos 25 anos. As autoras localizam essa produção teórica na década de 80 como resultado de mudanças sócio-histórico-políticas de um país em processo de redemocratização, e do desenvolvimento do próprio movimento feminista.

Até a década de 80, o tema manteve-se trancado a sete chaves no espaço doméstico (Meneghel *et al.* 2013). A literatura inicial preocupou-se, assim, em mostrar as denúncias de violência contra a mulher nas delegacias e o trabalho das ONGs no atendimento às mulheres vítimas de violência. Com o surgimento das delegacias da mulher (1985), voltou-se a atenção para as ações do Estado nas áreas de segurança e justiça. Importava descortinar os crimes contra a mulher e seus agressores (Santos e Izumino 2005).

Santos e Izumino (2005) identificam três correntes teóricas. A primeira – *dominação masculina* – teve como marco o pensamento de Chauí (1985), que define a violência contra a mulher como resultado de uma ideologia de dominação masculina, (re)produzida por homens e por mulheres, na qual o homem ocupa posição hierárquica considerada superior, e a mulher, inferior. Define-se a violência como “uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com o fim de dominar, explorar e oprimir” (Santos e Izumino 2005: 149). A mulher, dominada, é transformada em objeto, passivo, silenciado, dependente, que perde sua liberdade, definida como “capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir” (Santos e Izumino 2005: 149). Seu papel fica adstrito ao de esposa, mãe e filha. Subjetivamente, essa situação pode levar mulheres a serem autoras de violência contra outras mulheres, por exemplo, através de discursos de repressão.

A segunda corrente – *perspectiva feminista e marxista do patriarcado* – assenta sobre o entendimento de que as relações homem e mulher passam-se em uma organização social, na qual o “homem é a lei”. A dominação masculina é vista como extrapolando os limites ideológico e social, refletindo-se na organização econômica do sistema produtivo capitalista e racista, levando à exploração econômica da mulher, em um sistema que privilegia o homem rico, branco e adulto. A mulher aqui não é vista como cúmplice da violência, como na corrente anterior, mas como sem poder, sendo obrigada a ceder à violência (e.g. Saffioti 1976).

A terceira corrente – *relacional* – questiona a dicotomia dominação-vitimização das visões anteriores, relativizando-a. Para Gregori (1993), a violência faz parte de um jogo relacional, até mesmo uma forma de comunicação (perversa) entre homem e mulher, em que a mulher participa ativamente na relação violenta, não sendo, assim, vítima da dominação masculina. Essa visão postula a cumplicidade da mulher na relação violenta, e passa a adotar o termo mulher em situação de violência, e não vítima de violência. Santos e Izumino (2005) reportam esse entendimento como um divisor de águas na área.

Ampliando a discussão terminológica, Santos e Izumino (2005) mostram que os termos *violência contra a mulher* e *violência doméstica* e *violência familiar* têm sido usados como sinônimos até então. Já o termo *violência conjugal* pressupunha haver agressões mútuas entre homens e mulheres, o que foi criticado por Rosa e Falcke (2014), uma vez que a vítima, na maior parte, sempre foi a mulher. Hodiernamente, o termo *violência doméstica e familiar contra a mulher* (Brasil 2019) é o oficialmente mais consagrado para a especificidade da violência contra a mulher. Parizotto (2018: 289) usa ainda o termo violência doméstica de gênero para designar “violência praticada por alguém com quem se guarda laços de afetividade”, podendo ser a vítima homem ou mulher, conforme apontam dados da OMS (Lamoglia e de Souza Minayo 2009). Esse panorama conceitual recebe novo marco, com a Lei Federal 13.104/15, que passa definir o *feminicídio* como o assassinato de mulheres, cometido em razão do gênero, ou seja, a vítima é morta por ser mulher, criminalizando-o. Para efeitos deste artigo, usamos o termo *violência contra a mulher*.

Como já mencionado, outra fonte importante de compreensão do tema reside no balizamento normativo da LMP, fruto direto do movimento feminista, que carrega o nome de uma mulher, Maria da Penha, farmacêutica, que lutou para ver seu agressor condenado. Aí define-se a *violência doméstica e familiar contra a mulher* como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil 2019: Art. 5º). Mais ainda, no art. 7º, especificam-se as formas de violência: i) *física*: qualquer atitude que viole a integridade física da mulher (e.g. bater, lesionar com objetos cortantes etc.); ii) *psicológica*: ações que prejudiquem a autoestima da mulher ou controlem suas ações ou crenças (e.g. ameaçar, humilhar, manipular etc.); iii) *sexual*: ações que forcem a mulher a presenciar ou manter relações sexuais (e.g. estupro); iv) *patrimonial*: subtração ou destruição de objetos e documentos pessoais (e.g. depredação de bens materiais etc.); v) *moral*: calúnia, difamação ou injúria (e.g. acusações, ofensas etc.).

Fundamental para a compreensão da violência contra a mulher é o mapeamento do ciclo da violência (Walker 1979), composto de três fases: 1) *construção da tensão no relacionamento*, formada por incidentes menores, agressões verbais, ameaças, ciúme exacerbado, destruição de bens etc. Em geral, a mulher mostra-se dócil e prestativa, responsabilizando-se pelos atos do homem, esperando assim resolver o problema; 2) na *explosão da violência*, a mais aguda das fases, a tensão chega ao limite, ocorrendo agressões físicas e destruição. Isso leva à 3) *lua-de-mel*, fase em que o agressor cria um cenário de remorso e arrependimento, com medo de perder a companheira, pedindo perdão, agradando-a com presentes, prometendo mudanças. Aqui, pode iniciar-se novo ciclo de violência, havendo mulheres que passam por vários ciclos de violência ao longo de suas vidas. Para Oliveira *et al.* (2016), justamente a não-identificação da fase 1 pela mulher seria responsável pelo início do ciclo da violência doméstica contra a mulher.

Outra área do saber que tem contribuído para a compreensão do fenômeno da violência doméstica contra a mulher é a dos estudos da linguagem. A questão do gênero está intrinsecamente ligada à linguagem. De acordo com Borba (2014: 448), gênero (e.g. masculino, feminino, transgênero etc.) não é inerente ao ser humano, mas sim “um efeito das nossas ações”, construído cotidianamente e evidenciado nas formas como usamos a linguagem na interação (e.g. modos, entonações).

As relações conjugais de submissão e dominação, sustentadas pela desigualdade de gênero (Bandeira 2014), concretizam-se também pela linguagem. A violência manifesta-se não só nas ações corporificadas de agressão física, elas costumam geralmente começar pelas agressões verbais, que se mantêm de modo escalonado durante o episódio de violência como um todo. A linguagem é, assim, não só constitutiva da violência, mas revela também os significados morais que orientam essa prática.

No Brasil, as pesquisas sobre linguagem e violência contra a mulher são realizadas à luz de diferentes abordagens e posicionamentos epistemológicos e ontológicos, reunindo, porém, em sua maioria, um ponto em comum: contemplam contextos, cujas atividades são de natureza jurídica.

Marques e Bastos (2014) articulam a Análise da Conversa de base etnográfica com a análise interacional da narrativa, para mostrar o modo como, nas interações em interrogatórios policiais, o suspeito, diante do inspetor, constrói-se como um bom pai e uma pessoa calma, e, em contraposição, constrói a mulher a partir de atributos sociais

negativos, como mãe desleixada, companheira desequilibrada, de temperamento difícil. A pesquisa evidencia, portanto, o papel da linguagem na construção dos sentidos da realidade.

Numa perspectiva aplicada da Análise da Conversa, Ostermann vem contribuindo com diversas pesquisas para a compreensão das ações humanas na interação. A título de ilustração, trazemos aqui a sua pesquisa (Ostermann 2008) sobre atendimentos a mulheres vítimas de violência em uma unidade da Delegacia da Mulher (DDM) e em um centro feminista de intervenção na violência contra a mulher (CIV-mulher). A partir de uma análise comparativa das práticas discursivas das agentes nesses contextos, foi possível observar que as policiais da Delegacia controlam mais a interação e distanciam-se mais das necessidades e desejo das vítimas; já as profissionais que atendem na CIV-mulher buscam diminuir a distância entre elas e as vítimas, assim como procuram atenuar o desconforto que aquele tipo de encontro pode causar. Os resultados contribuem, consequentemente, para os estudos das relações entre linguagem, gênero e poder.

Já na abordagem da Análise Crítica do Discurso encontra-se uma robusta literatura fortemente orientada, ou pela corrente teórica da dominação masculina, ou pela corrente teórica da dominação do patriarcado (Santos e Izumino 2005). No Brasil, trazemos como exemplo pesquisas que vêm sendo desenvolvidas por Freitas. Além de seu estudo sobre as representações dos papéis de gênero na violência conjugal em inquéritos policiais (Freitas 2011), a pesquisadora analisou, em Freitas (2013: 13), os seguintes textos judiciais: (i) um “pedido de reconsideração” de um promotor feito a um juiz e (ii) a “decisão” do juiz em resposta ao promotor.

Dado o escopo e os objetivos deste trabalho, selecionamos aqui alguns dos resultados alcançados nesses estudos. A análise de Freitas (2011) revela “os valores e prerrogativas culturais que definem os tradicionais papéis do gênero masculino e feminino, quais sejam liberdade, poder, dominação, força, violência e superioridade, em relação ao primeiro, e submissão, passividade, fraqueza e inferioridade, em relação ao último” (2011: 148).

Freitas (2013) mostra a força dos valores culturais, mesmo naqueles que reconhecem que a história da mulher é caracterizada pela dominação patriarcal, como é o caso de um pedido de reconsideração feito pelo promotor ao juiz. Apesar do argumento da dominação masculina, ela caracteriza a violência doméstica contra a mulher como “uma das modalidades mais incisivas do exercício do poder sobre o sexo frágil” (2013: 21). Como conclui a autora, essa categorização do gênero feminino expõe um “apego aos valores tradicionais (...) que persiste nas instituições em geral e do judiciário em particular” 2013: 22.

A breve historicização do panorama conceitual disponibilizado nas ciências sociais sobre a violência contra a mulher, no aparato jurídico, e nas principais abordagens teórico-metodológicas que orientam o tratamento de dados nos estudos da linguagem e violência no Brasil mostra que o tema ainda é uma grande caixa preta na sociedade, com questões que só pesquisas que coloquem em diálogo as contribuições de diferentes áreas do saber podem ajudar a desnudá-lo e entendê-lo melhor. Aqui, propomos o estudo do tema em um contexto judicial ainda não explorado: o da interação em entrevista de pré-mediação judicial familiar. Na seção seguinte, apresentamos os pressupostos teórico-metodológicos que orientam a análise da interação e o contexto desta pesquisa.

## As histórias na Análise da Conversa

Histórias desempenham importante papel na vida social. Através delas, contamos nossas alegrias, tristezas, e as situações dramáticas por que passamos. Uma abordagem tradicional de estudar as histórias é a perspectiva laboviana, que foca nas *narrativas* como uma técnica verbal para recapitular a experiência passada, através de elocuições unidas por um eixo temporal, cujo objetivo é colocar na interação algo que é digno de ser contado, i.e., que possui reportabilidade (Labov e Waletzky 1967). Nessa perspectiva, as histórias possuem algumas propriedades formais: resumo, orientação, ação complicadora, resolução, avaliação e coda.

Apesar de seminal, o esquema narrativo laboviano foi criticado por impingir aos dados um arcabouço conceitual formal, de modo que, se uma narrativa não tivesse alguma dessas propriedades, não seria digna de análise ou tampouco considerada como tal (De Fina e Georgakopoulou 2008). Ainda hoje, “narrativa” é um termo difícil de se definir, e cada corrente analítica o concebe de uma forma (Barkhuizen 2016).

Em Análise da Conversa (AC), nossa perspectiva teórica, preferimos usar o rótulo “histórias”. Destacam-se três principais características das histórias em contexto de conversa cotidiana: elas 1) tomam mais de um turno de fala; 2) constroem-se a partir de um esforço colaborativo entre o contador e o receptor; 3) podem possuir prefácios, anunciando sua chegada (e.g., “adivinha o que aconteceu comigo.”) (Sacks 1992). A primeira característica aponta para o fato que, durante a história, ocorre a suspensão do sistema de tomada de turnos em que há troca regular de turnos (Sacks *et al.* 2003/1974), pois o narrador poderá manter o turno de fala sucessivamente ao longo da conversa (Sidnel 2010). Além disso, histórias são ocasionadas localmente, em uma sequência de conversa (Jefferson 1978).

A AC assume como tarefa a descrição da ação social na fala-em-interação, partindo do entendimento de que os participantes de uma conversa realizam tarefas no mundo através da fala, como elogiar, convidar, reclamar, ou denunciar uma violência (Sacks *et al.* 2003/1974; Sidnel 2010). Fulcralmente, o sentido de uma ação decorre do fato de uma elocução ser produzida com um determinado formato, em determinada posição, relativa a outras elocuições anteriores, e tendo em vista o fato de vir de um falante específico e se ajustar a um interlocutor também determinado (Drew 2013). Assim, após um “convite”, por exemplo, há forte tendência a tudo o que for dito aí ser interpretado como uma resposta ao convite, mesmo que de forma indireta. Desse modo, a organização sequencial, i.e., como as elocuições que se conectam na cadeia da fala (Schegloff 2007) é uma forma central de coerência em conversas, e possibilita o ajuste fino entre os interlocutores. Nesse sentido, um próximo turno de fala representa sempre uma possibilidade de os interlocutores ajustarem seus entendimentos. Schegloff (1992) defende a terceira posição como o último local estruturalmente defensável da intersubjetividade. O apego aos dados, à forma como algo foi dito e feito, visa a manter a *perspectiva êmica*, i.e., dos participantes nas análises da AC.

Em contexto institucional, os participantes contam histórias levando em conta as metas-fim da instituição e seus objetivos ali (Drew e Heritage 1992). Na mediação, histórias relacionam-se com questões próprias desse ambiente, como conflitos ocorridos, problemas relacionais, e possíveis encaminhamentos do caso. Mais ainda, Stewart e Maxwell (2010: 36) já demonstraram que histórias contadas em ambientes adversariais tendem a “apresentar a identidade criada [do narrador] sob a melhor ótica possível,

e a da parte adversária, da pior forma possível”<sup>1</sup>, e podem servir para escalonar o conflito (Gago 2017). Em nosso caso, as histórias contadas atingem a problemática social da violência contra a mulher.

### Metodologia e contexto de pesquisa

Os dados integram o corpus de mediação do grupo de pesquisa Interação em Contextos Institucionais (ICI, CNPq), coordenado pelo primeiro autor. Eles foram gerados em vara de família de cidade de pequeno porte (80.000 habitantes) do sudeste do Brasil, e seguem protocolos de ética em pesquisa vigentes (CAAE 52663216.1.0005257, CEP-UFRJ). Nas transcrições, adotamos o modelo Jefferson (2004, Tabela 1), privilegiando a sequencialidade e características da produção da fala (e.g. pausas, volume, sobreposições etc.), usando fonte *courier new* 10 e numeração por linhas, conforme prática na área. O cabeçalho dos excertos corresponde à localização no corpus. EPM=Entrevista de pré-mediação, e os números entre parêntesis indicam o intervalo temporal, em minutos e segundos.

[colchetes]	fala sobreposta.
(0.5)	pausa em décimos de segundo.
(.)	micropausa de menos de dois décimos de segundo
=	contigüidade entre a fala de um mesmo falante ou de dois falantes distintos.
.	descida de entonação.
?	subida de entonação.
,	entonação contínua.
?,	subida de entonação mais forte que a vírgula e menos forte que o ponto de interrogação.
:	alongamento de som.
-	autointerrupção.
<u>sublinhado</u>	acento ou ênfase de volume.
MAIUSCULA	ênfase acentuada.
°	fala mais baixa imediatamente após o sinal.
°palavras°	trecho falado mais baixo.
palavra:	descida entoacional inflexionada.
palavra:	subida entoacional inflexionada.
↑	subida acentuada na entonação, mais forte que os dois pontos sublinhados.
↓	descida acentuada na entonação, mais forte que os dois pontos precedidos de sublinhado.
>palavras<	fala comprimida ou acelerada.
<palavras>	desaceleração da fala.
<palavras	início acelerado.
hhh	aspirações audíveis.
(h)	aspirações durante a fala.
.hhh	inspiração audível.
{ }	comentários do analista.
{palavras}	transcrição duvidosa.
{ }	transcrição impossível.

Tabela 1. Convenções de transcrição.

Os mediandos são um ex-casal, Arminda e Luan (nomes fictícios, aqui e nas demais referências), entre 30 a 40 anos à época (2008), separados havia três anos, com histórico de três tentativas de retomar o relacionamento, após união estável de quatorze anos, que gerou dois filhos, Vitor (7 anos), e Maria Gabriela (11 anos). Ambos trabalhavam no comércio local da cidade em profissões de nível médio: ela, numa fábrica, e ele, como motorista. A mediadora era Helena, uma assistente social (cerca de 40 anos), formada em Direito.

Na petição inicial, Luan requeria a guarda dos filhos com tutela antecipada, alegando problemas de higiene na casa da avó materna, onde os filhos residem, maus tratos, trabalho forçado e moléstia sexual da filha por homens que frequentam a casa. Na contestação, Arminda negou todas as acusações. O processo judicial é instruído por um boletim de ocorrência policial, registrado por Arminda, denunciando Luan por lesão corporal.

Tratava-se, pois, de uma mediação judicial, pré-institucional<sup>2</sup>. A juíza pedia à assistente social um estudo de caso, e esta, com a devida autorização de todas as partes, propunha a mediação, que, se aceita, era levada a cabo por três meses. Ao final, a mediadora acrescentava no relatório de estudo de caso à juíza os consensos atingidos na mediação, para discussão e ratificação na audiência de conciliação<sup>3</sup>.

Helena utilizou o dispositivo da entrevista de pré-mediação, momento em que cada parte é ouvida separadamente<sup>4</sup>, como fase preparatória para o encontro conjunto, momento em que surgiu espontaneamente a história de violência, como uma justificativa de uma resposta de Arminda a uma proposta da mediadora.

### A história de violência doméstica contra a mulher na entrevista de pré-mediação

A história analisada ocorre cronologicamente no meio da entrevista (26':52"–31':43"). Consideramos como unidade de trabalho a sequência que deu origem à história, o início da história em si e os vários episódios que a compõem. Esse recorte deu origem a oito excertos, no total de 4':51". Tematicamente, há um fio condutor: Arminda abre e fecha a história como justificativa a sua descrença na proposta da mediadora de conversar com Luan na sessão conjunta sobre os problemas dele na educação dos filhos. Os títulos das análises relacionam esses momentos à revisão de literatura (seção 2) sobre formas e o ciclo da violência, quando pertinente.

#### Explosão da violência

O início da história de violência contra a mulher narra um episódio de explosão de violência. A história surge de forma espontânea, i.e., não solicitada pela mediadora. Sequencialmente, Arminda reclamava de problemas com Luan no cuidado parental do filho, quando este está sob a responsabilidade dele. Helena responde com um encaminhamento (linha 1):

#### Excerto\_1\_1<sup>a</sup>EPM\_Arm\_violência\_contra\_mulher\_(26':52"–27':51")

```

001 Helena >a senhora ficaria< a vontade? de comentar esse
002 tipo de coisa, por exemplo a respeito de:sse
003 acidente, a respeito? (.) do vitor anda:r (0.2)
004 de carro com o::: (0.2) uma pessoa que não tem
005 habilitaçã::o,
006 (1.2)
007 Helena >a senhora ficaria a vontade.< de conversar sobre
008 isso com o senhor lua::n.
009 (2.0)
010 Arminda ja:::, eu falo.=mas >>ele deve;<< nega:r
011 tudo,=°né.°
012 (1.0)

```

013 Arminda ele vai: negar tudo.  
 014 (.)  
 015 Helena >va[mo ve:r,<]  
 016 Arminda [com cer]teza.  
 017 (0.5)  
 018 Helena °vamos ve::r,°  
 019 (0.8)  
 020 Helena °né:°  
 021 (1.2)  
 022 Arminda °com certeza° ele vai: negar tudo.  
 023 (1.0)  
 024 Arminda porque até:: (.) ele-  
 025 (0.5)  
 026 Arminda igual teve uma vez el- teve uma vez lá em casa,  
 027 (0.8) que ele:: (.) foi, (0.5) botou:- lá em casa  
 028 na:- (.) >tinha< até um- (.) tinha o quarto, (0.5)  
 029 o corredor, (0.8) aí tem o banheiro, uma cozinha.  
 030 (0.2) e uma varanda na frente.  
 031 (1.8)  
 032 Arminda aí ele foi, (.) botou óleo, nas minhas coisa  
 033 >todinha.<  
 034 (0.2)  
 035 Arminda óleo diesel.  
 036 (0.8)  
 037 Arminda jogou óleo diesel >em tudo.<  
 038 (0.2)  
 039 Arminda na rou::pa, jogou em tudo?  
 040 (0.2)  
 041 Arminda depois abriu a botija de gás? (0.8) e falou que ia  
 042 botar fogo comigo dentro °e as criança dentro.°  
 043 (0.5)  
 044 Arminda e que ia acabar com nossa vida, também,=<duma vez.  
 045 (2.2)

Trata-se de uma proposta (linhas 1-5), - “>a senhora ficaria< a vontade:de? de comentar esse tipo de coisa,” formulada com vários elementos mitigadores: uso de verbo no futuro do pretérito - “ficaria”, vocábulo que denota brevidade, não profundidade - “de comentar” (é diferente, por exemplo, de *discutir*), e expressão genérica para se referir ao problema - “esse tipo de coisa”. Em seguida, a mediadora qualifica os referentes - “por exemplo a respeito de:sse acide:nte, a respeito? (.) do vitor anda:r (0.2) de carro com o::: (0.2) uma pessoa que não tem habilitaçã:o,” nomeando tópicos para a conversa com Luan que envolvem balizas legais claras (e são, portanto, menos conflituosos), e.g. “do vitor anda:r (0.2) de carro com o::, uma pessoa que não tem habilitaçã:o?” (linhas 3-5).

Arminda mostra problemas com a proposta, em diversos momentos. O silêncio na linha 6 leva Helena a refazer a proposta - “>a senhora ficaria a vontade.< de conversar sobre isso com o senhor lua:::n.” (linha 7-8). Nova pausa (linha 9). Arminda aceita a proposta, mas em formato de produção que marca certa avaliação negativa, veja-se a partícula inicial do turno - “↑a:::, eu falo.” (linha 10), e em seguida emite sua posição, com certo grau de certeza - “mas »ele deve↑« nega:r tudo,=°né.°” (linhas 10-11). Arminda, antevê reação negacionista de Luan, o que põe em xeque a eficácia da proposta da mediadora. Entre as linhas

13–16 ocorre um microconflito entre Helena e Arminda: esta assume posição negativa (linhas 13, 16 e 22), enquanto Helena mantém posição positiva (linhas 15, 18 e 20).

É nesse ambiente sequencial que surge a história de violência contra a mulher. Arminda inicia prestação de contas de sua posição: – “porque até::: (.) ele–” (linha 24), mas se auto-interrompe e inicia a história – “igual” (linha 26), que fará o papel de mostrar evidências de que Luan não assume responsabilidades.

A história é aberta com introdução de referência temporal e personagem principal – “teve uma vez el–”, mas é reformulada, apagando o agente e mudando o foco para o local – “teve uma vez lá em casa, (0.8)”; após a pausa, retoma o agente, momento em que sofre parcelamento de informação da ação com pausas – “que ele::: (.) foi, (0.5) e botou:”. Arminda retoma o local – “lá em casa na:- (.)”, e passa a descrever a planta da casa para a mediadora, vindo do quarto para a varanda, em turno marcado por pausas e autorreformulação – “>tinha< até um- (.) tinha o qua:рто, (0.5) o corredor, (0.8) aí tem o banheiro, uma cozinha. (0.2) e uma varanda na frente.” (linhas 28-30). Trata-se de um ajuste epistêmico entre seu conhecimento e o da mediadora sobre sua casa. Esse formato de produção aponta para uma ação delicada.

Segue-se a ação principal com o relato da ameaça de violência sofrida e seu instrumento “Óleo”, com aumento de volume para destacar partes do enunciado – “aí ele foi, (.) botou Óleo, nas minhas coisas >todinha.<” (linhas 32-33). Ela repete o instrumento – “óleo diesel.” (linha 35), que, como sabemos, é altamente combustível, e quantifica os bens atingidos: – “>em tudo.<” (linha 37), ação reiterada em – “na rou::pa, jogou em tudo?” (linha 39), usando formulação de caso extremo (Pomerantz 1986), agravando a descrição de um estado de coisas.

Arminda relata a próxima ação, adicionando instrumento – “depois abriu a botija de gás?” (linha 41). Sabemos que gás e óleo diesel combinados levam à explosão. Na próxima elocução, Arminda formula, via discurso reportado, a ameaça verbal sofrida de Luan – “e falou que ia botar fogo comigo dentro °e as criança dentro. °” (linhas 41-42), reiterada de forma agravada, por duas vezes – “que ia acabar com nossa vida,”, “também=<duma vez.” (linha 44).

Estão presentes nessa história relatos de violência psicológica (ameaça de morte) e de violência patrimonial (seus bens). Do ponto de vista subjetivo, lemos esse episódio como exemplo de explosão da violência, com a descrição de Luan como homem violento e que coloca em risco a vida da esposa e dos filhos.

### **Busca de ajuda imediata**

No excerto 2, segundo momento da história, adiciona uma próxima etapa no percurso da violência contra mulher: a busca de ajuda imediata (linha 46):

**Excerto\_2\_1ªEPM\_Arm\_violência\_contra\_mulher\_(27':52”-31':43”)**

046 Arminda aí a mãe foi- nós foi lá no conselho tutelar,  
 047 (.)  
 048 Arminda conversamos com o ruan,  
 049 (0.5)  
 050 Arminda <né.  
 051 (.)  
 052 Arminda lá do conselho tutelar de bureal.  
 053 (.)  
 054 Helena ;ãhã::.  
 055 (1.2)  
 056 Arminda aí ele falou comigo.=°assim.°  
 057 (0.2)  
 058 Arminda “minda,”  
 059 (.)  
 060 Arminda “eu não posso:: (0.2) >ir lá.”  
 061 (.)  
 062 Arminda “né. porque aqui faz parte de outro coisa.=mas a  
 063 gente pode acionar o s- conselho tutelar de entre  
 064 rios,”  
 065 (0.8)  
 066 Arminda ai eu perguntei=“mas o que que vai acontecer.”  
 067 (0.2)  
 068 Arminda >>ai ele falou.<< (0.5) “eles vão pegar teu filho,”  
 069 (.)  
 070 Arminda que ele deixou meu filho, preso lá:,  
 071 (.)  
 072 Arminda nessa casa,  
 073 (0.2)  
 074 Arminda aí >ele falou<=“vão pegar teu fi:lho, (0.2) e vai  
 075 levar pro abrigo.”  
 076 (0.8)  
 077 Arminda “lá, em entre rios, e vai deixar lá até ele  
 078 resolvê.”  
 079 (0.8)  
 080 Arminda ai eu fiquei com medo,=°né°,  
 081 (.)  
 082 Arminda deles pegar meu filho e deixar (alí, /a gabi,)  
 083 (0.2)  
 084 Arminda .hh hhh ({choro})  
 085 (4.0)  
 086 Arminda ({chorando}) .HHH h h  
 087 (0.2)  
 088 Arminda .hhh e(h)u nã(h)oh co(h)nsi(h)go, (. ) fi(h)cá(h)  
 089 lo(h)ng(h)e de(h)le(h)s. HHHH  
 090 (1.2)  
 091 Arminda .HH  
 092 (1.0)  
 093 Arminda hh  
 094 (2.0)  
 095 Arminda .HH  
 096 (0.7)

Arminda decide ela mesma prosseguir com a história, introduzindo um novo elemento, que centraliza uma instituição no seu contexto: o Conselho Tutelar, ao qual Arminda recorre imediatamente após o relato de violência, confirmando-se, da parte dela, uma busca desesperada por ajuda, sobretudo institucional, para a situação que se armou diante de si. Novos personagens são inseridos na sua história: “a mãe” (linha 46) e “o ruan” (linha 48), de relações pessoais e institucionais solicitadas para ajudá-la.

A respeito de Ruan, profissional do Conselho Tutelar, observa-se que há uma proximidade relacional entre Arminda e ele, o que se evidencia na forma de referência à pessoa (Schegloff 1996) usada por Arminda – “o ruan,”, “lá do conselho tutelar de bureal.” (linhas 48 e 52), quanto no uso do apelido derivado do nome – “minda,” (linha 58), empregado pelo profissional na fala reportada. Isso mostra que Arminda recorre a alguém conhecido dela e da situação em que vivia com o ex-marido e que também trabalha no Conselho Tutelar.

A proximidade com o agente do Conselho Tutelar nos mostra que Arminda recorre a Ruan para pedir ajuda, porém com limitação: “eu não posso:: (0.2) >ir lá. (.)né. porque aqui faz parte de outro coisa.=” (linhas 60-62), valendo-se do uso de fala reportada. Apesar de não poder prestar-lhe socorro diretamente, Ruan apresenta proposta alternativa – “.=mas a gente pode acionar o s- conselho tutelar de entreiros,” (linhas 62-64). A respeito disso, nota-se que, por não saber as consequências das atitudes tomadas junto às instituições, Arminda hesita – “ai eu perguntei=“mas o que que vai acontecer.” (linha 66). Isso mostra que, mesmo em situação de vulnerabilidade, a mulher quer saber o que pode acontecer após as denúncias de agressão.

A resposta de Ruan ao questionamento de Arminda acaba por assustá-la a respeito da perda dos filhos – “>ele falou<=“vão pegar teu fi:lho, (0.2) e vai levar pro abrigo.” (linhas 74-75) – relatado em fala reportada, o que desencadeia em explosão emocional, o choro, de Arminda durante sua história (linhas 84 a 95). Aqui, a categoria tornada relevante de a mulher agredida, ou seja, a esposa, dá lugar à categoria mãe. As decisões de Arminda são orientadas por esses papéis. Como mãe, ela pensa primeiro nos filhos e não hesita em expressar o medo das consequências de suas atitudes: “ai eu fiquei com medo, =°né°, (.) deles pegar meu filho e deixar (ali↓/gabi↓)” (linhas 80-82).

O choro é a expressão tangível do seu sentimento de mãe pelos filhos. Ao mesmo tempo em que o Conselho Tutelar, enquanto instituição, tem o dever e poder a socorrer a mulher e família, ele também contribui para a perpetuação do ciclo de violência. Afinal, Arminda, enquanto mãe, ama os filhos e tem medo de perdê-los, ficando impotente (ou até mesmo refém) diante da situação.

Até aqui, a mediadora ouviu Arminda em silêncio, com exceção do continuador “↑ãhã: : .” (linha 54) que dá espaço para o prosseguimento da história. Não interferir no choro de Arminda (linhas 84-96) pode ser visto como forma de acolhimento, afinal a mediadora dá espaço para o desabafo de Arminda.

### **Reformulação da história**

Esse excerto mostra uma postura mais ativa da mediadora, que toma o turno e reformula a história (linha 97):

**Excerto\_3\_1ªEPM\_Arm\_violência\_contra\_mulher\_(28':45”-29':09”)**

097 Helena explica melhor, dona:: (.) arminda.  
 098 (0.5)  
 099 Helena >a senhora esta dizendo que o seu luan< (.) jogô:,  
 100 (0.5)  
 101 Arminda h .H ((choro))  
 102 (.)  
 103 Helena óleo diesel nas coisas da senhora.  
 104 Arminda .h  
 105 (0.2)  
 106 Helena nas coisas de dentro da ca:::sa.  
 107 (1.0)  
 108 Helena <é mó:::vel, >>tudo.<<  
 109 (1.0)  
 110 Arminda .hh °j(h)og(h)o(h)u e(h)m t(h)u(h)d(h)o.° hh  
 111 ((chorando))  
 112 (1.2)  
 113 Arminda .Hh=  
 114 Helena =e ai ameaço:u jogá u- fo:::go::?  
 115 (0.2)  
 116 Arminda .Hh  
 117 (0.2)  
 118 Helena >e aonde que o vitor tava nessa ho:ra?<  
 119 Arminda .Hhh n(h)ó(h)i(h)s ta(h)v(h)a to(h)d(h)o  
 120 mu(h)nd(h)o e(h)m c(h)a(h)s(h)a ((chorando))  
 121 (.)  
 122 Arminda .hh h ((chorando))  
 123 (0.2)

Após o desabafo tomado de medo e instabilidade emocional feito por Arminda (excerto anterior), a mediadora, que antes utilizava o seu silêncio para que Arminda prosseguisse com a história e para acolhimento, assume uma postura mais ativa para o cumprimento do seu mandato institucional, tomando o turno para si para fazer um pedido à Arminda – “explica melhor, dona:: (.) arminda.” (linha 97), porém sem sucesso. O que ocorre é um silêncio de “(0.5)”. A mediadora novamente se autoseleciona para o próximo turno e realiza formulações – “a senhora esta dizendo que o seu luan< (.) jogô:,” (linha 99) – sobre a história que acabou de ouvir, selecionando elementos – “óleo diesel nas coisas da senhora.” (linha 103). A mediadora continua, ampliando – “nas coisas de dentro da ca:::sa.” (linha 106) – e especificado – “<é mó:::vel, >>tudo.<<” (linha 108) esses elementos.

Após tais reformulações (linhas 99 a 106), Arminda confirma positivamente a história – “hh °j(h)og(h)o(h)u e(h)m t(h)u(h)d(h)o.° hh” (linha 110), ainda tomada pelo choro. A mediadora, então, prossegue, recapitulando não somente o que o ex-companheiro teria feito, mas também a ordem dos fatos – “>e aonde que o vitor tava nessa ho:ra?<” (linha 118), o que se relaciona provavelmente ao processo de guarda deles e sua preocupação com os menores de idade. A resposta de Arminda (linhas 119-120), novamente entre choro, legitima a pergunta preocupada da mediadora.

Note-se que Helena, apesar de dar espaço para Arminda chorar, dificilmente sai de seu papel institucional, isto é, não se envolve emocionalmente com o choro da mediadora. O contexto no qual a mediadora está inserida influencia a sua postura. Não é papel da

mediadora fazer nenhum tipo de ação responsiva ao choro. Assim, ela atua nos princípios de imparcialidade e neutralidade, que regem o seu ofício, segundo manuais de mediação, focando na história contada e nos filhos.

### Busca de ajuda familiar

A seguir, Arminda reconta duas histórias: a explosão da violência e a busca de ajuda, adicionando elementos não mencionados anteriormente:

#### Excerto\_4\_1ªEPM\_Arm\_violência\_contra\_mulher\_(29':10"-30':08")

124 Arminda aih e(h)le- (1.0) aih eleh fa(h)lô q(h)u(h)e  
 125 i(h)a(h):: (0.2) qu(h)ei(h)m(h)á t(h)u(h)d(h)o  
 126 (0.2) qu(h)e i(h)a qu(h)ei(h)m(h)á me(h)us  
 127 fi(h)lh(h)os, ((chorando))  
 128 (.)  
 129 Arminda co(h)m(h)i(h)g(h)o d(h)e(h)n(h)t(h)r(h)o, ((cho-  
 130 rando))  
 131 (1.2)  
 132 Arminda aí eu fui, liguei pra minha irmã, ((voz de choro))  
 133 (0.5)  
 134 Arminda a(h)í e(h)l(h)a f(h)o(h)i l(h)á e m(h)e  
 135 p(h)e(h)g(h)o(h)u, .hhh a(h)í e(h)l(h)e n(h)ã(h)o  
 136 d(h)e(h)i(h)x(h)ô a(h)s c(h)r(h)i(h)a(h)n(h)-  
 137 ç(h)a(h)s s(h)a(h)í. ((voz de choro))  
 138 (0.2)  
 139 Arminda deixou as criança em casa. ((voz de choro))  
 140 (0.5)  
 141 Arminda >aí eu fui lá no ruan< ((voz de choro))  
 142 (0.2)  
 143 Arminda lá em bureal: no conselho tutelar, ((voz de choro))  
 144 (1.8)  
 145 Arminda conversei com e:le lá, ((voz de choro))  
 146 (0.2)  
 147 Arminda aí ele pegou e, .hh >falou comigo.< que ele não  
 148 podia ir lá::, ((voz de choro))  
 149 (.)  
 150 Arminda porque e- ali faz parte de outro bairro, né.  
 151 (0.2)  
 152 Helena [(°do eugênio costa.°)]  
 153 Arminda [(dali de) eugênio cos]ta faz parte daqui de a- de  
 154 entre rios.  
 155 (1.2)  
 156 Arminda >aí ele falou comigo.< "a gente pode (0.2) sim,  
 157 (0.2) >ligá pro conselho tutelar< de três rios."  
 158 (.)  
 159 Arminda >né.<  
 160 (0.5)  
 161 Arminda e eles resolvê esse caso >pra tu<  
 162 (0.5)  
 163 Arminda mas só q- >eu perguntei< "mas o que é que vai  
 164 acontecer,"=e °aí ele falou,°  
 165 (0.5)

166 Arminda “eles vã:o.”  
167 (0.2)  
168 Arminda “vão pegar o vitor, né:,”  
169 (0.5)  
170 Arminda “e a marília gabriela, vão levar pro abrigo, até  
171 (.) resolvê tudo,”  
172 (0.2)  
173 Arminda “então eles vão tê que:: >ficá no abrigo.<”  
174 (0.8)  
175 Arminda >só que eu não conseguia ficar longe de meus  
176 filho.< que eu nunca separei deles. ((chorando))  
177 (.)  
178 Arminda .hh ((solução))  
179 (0.8)  
180 Helena °mh[m.°=  
181 Arminda [.HH e(h)u nu(h)nca se(h)pa(h)re(h)i do(h)s  
182 me(h)us fi(h)lho. ((chorando))  
183 (.)

Tomada pelo choro, Arminda reconta sua história, em dois momentos distintos: a violência e a busca de ajuda. Dessa vez, um novo ator social é introduzido na história: sua irmã – “aí eu fui, liguei pra minha irmã,” (linha 132). Isso nos permite precisar que nos momentos de desespero por conta da violência sofrida, a mulher vítima recorre à ajuda institucional – sobretudo se tiver proximidade com os agentes da instituição, e à família, principalmente as mulheres da família: primeiro, a mãe; depois, a irmã.

Arminda relata autonomia na busca de ajuda, tanto na esfera familiar, quanto na esfera institucional, porém sem sucesso. Os pontos de auxílio recorridos não foram suficientemente eficazes nessa situação, pois não contribuíram com a resolução do problema. Enquanto mãe, Arminda, se vê diante de um impasse: caso denuncie a violência, ficaria longe dos filhos.

O excerto finaliza-se com Arminda recorrendo à categoria de mãe – “>só que eu não conseguia ficar longe de meus filho.< que eu nunca separei deles. ((chorando))” (linhas 175-176). Mesmo após ter sofrido ameaça de morte, com o seu companheiro ameaçando queimá-los dentro da casa, Arminda não leva adiante uma denúncia de violência que envolve também seus filhos como vítimas, pelo medo de perdê-los para sempre.

### **Desfecho do conselho tutelar e volta à casa**

O quinto episódio mostra o encaminhamento dado pelo agente institucional, e a consequente volta de Arminda para casa. Na linha 184, Helena solicita continuação da história (linha 184):

**Excerto\_5\_1ªEPM\_Arm\_violência\_contra\_mulher\_(30':08”-30':38”)**

184 Helena e aí:↓  
 185 (0.8)  
 186 Arminda .hh  
 187 Helena então.=  
 188 Arminda =[aí tive-] {{chorando}}  
 189 Helena =[aí a sen]hora ve- >recebeu essas informações  
 190 do conselho tutelar:↓,<  
 191 (.)  
 192 Helena >e o senhor luan:,< (0.5) do jeito que a senhora  
 193 tá falando, (0.5) segurô as criança dentro de casa.  
 194 (0.2)  
 195 Arminda segurô as criança dentro de casa. {{voz de choro}}  
 196 Helena <e depois::.=  
 197 Arminda =aí o ruan falou:,< {{voz de choro}}  
 198 (.)  
 199 Arminda isso né, {{voz de choro}}  
 200 (0.8)  
 201 Arminda aí eu peguei, (0.5) aí >ele falou<=“então tu pensa  
 202 aí:, (. ) e depois tu volta aqui para me falá,” .h  
 203 aí eu peguei a mãe, {{voz de choro}}  
 204 (0.8)  
 205 Arminda <fui.  
 206 (0.2)  
 207 Arminda fui embora.  
 208 (0.5)  
 209 Arminda lá pra casa de novo.  
 210 (0.2)  
 211 Arminda aí- °conversei com o luan.° ele pegou, e >falou<  
 212 .hh ”>>não: tu fica aqui:↓<<”  
 213 (1.0)

O excerto inicia-se com as estratégias da mediadora para chegar ao ponto da história. Num primeiro momento, de forma aberta, Helena pede para Arminda continuar a história – “e aí:↓” (linha 184). Como Arminda não responde, vide pausa (linha 185), por ainda estar tomada pelo choro (soluça, linha 186), a mediadora adota a segunda estratégia: ela própria começa a reformular a história para Arminda – “então.” (linha 187). Primeiro, resume o que Arminda fez – “aí a sen]hora ve- >recebeu essas informações do conselho tutelar:↓,<” (linhas 189 e 190). Depois, o que Luan fez – “>e o senhor luan:,< (0.5) do jeito que a senhora tá falando, (0.5) segurô as criança dentro de casa.” (linhas 192-193), dito com distanciamento de neutralidade, atribuindo a responsabilidade da informação à Arminda – “do jeito que a senhora tá falando,” entre duas pausas. Com voz de choro, Arminda confirma, repetindo por completo o enunciado da mediadora – “segurô as criança dentro de casa.” (linha 195).

Embora as participantes não tenham se orientado para isso, poderíamos pensar na retenção dos filhos em casa como expressão de violência psicológica, pois isso, nos termos da LMP, limita a liberdade de Arminda de decisão, por exemplo, de sair de casa. Isso a obriga, de certa forma, a voltar para casa, porque de outro modo, perante a lei, seria abandono dos filhos.

A mediadora propõe a Arminda seguir a história – “<e depois::” (linha 196). Ela volta à fala do agente do conselho tutelar de Bureal, reportando seu en-

caminhamento - “>ele falou<=“então tu pensa aí:, (.) e depois tu volta aqui para me falá, ”” (linhas 201-202). O agente da instituição não oferece ajuda imediata, nem a encaminha a outro órgão que pudesse ajudá-la. Ela fica só com o problema, e, como ela própria conta - “fui embora.” (linha 207) e “lá pra casa de novo.” (linha 209), deixando de lado a denúncia e, conseqüentemente, ficando com a violência e o agressor.

No próximo turno, Arminda reporta o que fez quando chegou em casa - “conversei com o luan” (linha 211), sem especificar o que disse, e prossegue com a resposta dele ao que ela disse - “ele pegou, e >falou< .hh “»não↓ tu fica aqui: ↓«” (linhas 211-212). Em tom animado - aceleração, aumento de volume, contorno prosódico descendente duas vezes - sua fala expressa opinião enfática sobre certa decisão de Arminda de onde morar, após o episódio. Ou seja, apesar de a casa ser do casal (isso é dito nos outros encontros), é a mulher que se vê despossuída de sua casa, nessa situação. Arminda, enquanto agente do dizer, atribui em sua história que o poder de decisão sobre ficar ou não em sua própria casa ficou nas mãos do companheiro, se colocando também em situação de vulnerabilidade.

### Busca de ajuda na polícia

No próximo episódio, em encadeamento contíguo, Arminda introduz nova busca de ajuda em outro agente público, que lida com a violência contra a mulher: a polícia (linha 216):

#### Excerto\_6\_1ªEPM\_Arm\_violência\_contra\_mulher\_(30':39”-30':57”)

214	Arminda	ai eu fui, aí a mãe chamou os policial de entre rios também.
215		
216		(0.5)
217	Arminda	°os policial daqui, eu num me <u>lembro</u> , quem, o nome deles.°
218		
219		(0.8)
220	Arminda	<u>ai eles foi lá em casa,</u>
221		(0.5)
222	Arminda	ai conversô comigo,
223		(.)
224	Arminda	conversou com luan > <u>também?</u> <
225		(1.2)
226	Arminda	ai ele falô com o luan, ”>se <u>ela dá queixa de tu,</u>
227		luan,< (0.5) dessa vez tu va- tu vai: se <u>dá mal,</u> ”
228		(.)
229	Arminda	falô com ele.
230		(0.8)

A busca externa de ajuda é feita por um membro familiar próximo, sua mãe - “aí a mãe chamou”. A referência aos agentes - “os policial de entre rios ” (linhas 214-215) - não deixa claro se é o conselho tutelar ou a delegacia de polícia, só sabemos que houve mais de uma tentativa de pedido de ajuda (“também.”).

O pedido foi atendido, com ida dos policiais à cena de violência - “aí eles foi lá em casa,” (linha 220), provavelmente ainda intacta. Arminda relata a atuação dos policiais com cada parte separadamente, e em certa ordem: primeiro, vítima - “aí conversô comigo” (linha 222), depois, agressor - “conversou com luan >também?<” (linha 224). Em seguida, Arminda narra a fala do policial ao suposto

agressor, em discurso reportado – “aí ele falô com o luan, “>se ela dá queixa de tu, luan, < (0.5) dessa vez tu va- tu vai: se dá mal, ”” (linhas 226–228). Repare-se: o formato “se X, então Y”, o que seria aqui o de uma ameaça, dadas as consequências graves, indiretamente implicadas para Luan (prisão?), mas, na verdade, acaba sendo fala de homem para homem, porque, por prever um resultado, serve de alerta para Luan. Há ainda o advérbio de tempo – “dessa vez” (linha 227), o que pressupõe repetição e, mais ainda, ciência da polícia do fato. Por fim, a referência à pessoa – “tu, luan.” – denota proximidade entre agente e comunidade, no caso, o homem agressor.

Arminda encerra a sequência com elocução, que indiretamente funciona como avaliação positiva da fala dos policiais – “falô com ele.” (linha 229), como se os policiais tivessem agido em seu favor, porém, no fundo, a polícia não levou o agressor para a delegacia, mais ainda, deixou-a em casa com ele, abrindo a possibilidade de ... começar nova violência contra a mulher.

### Início da lua-de-mel

O excerto sete narra o que ocorreu após a saída dos policiais de sua casa, e serve como desfecho da história, que apresenta elementos clássicos descritos na literatura como a fase de reconciliação, chamada de lua-de-mel.

#### Excerto\_7\_1ªEPM\_Arm\_violência\_contra\_mulher\_(30':58”–31':26”)

231	Arminda	ai ele pego >converso <u>comi:go</u> , que tava com a
232		cabeça <u>quen:te</u> , que tinha acontecido muita <u>coi:sa</u> ,<
233		ai ele começa ({}>sabe;{<}) (.) falou um montão de
234		coisa,
235		(0.5)
236	Arminda	que tava com a cabeça muito <u>quen::te</u> ,
237		(0.2)
238	Arminda	ai que fez isso, que não ia fazê <u>ma::is</u> ,
239		(0.5)
240	Arminda	ai depois ele acalmô.
241		(.)
242	Helena	<e as crianças::.
243		(.)
244	Arminda	ai as <u>criança</u> (.) >ficou em <u>casa</u> .<
245		(0.2)
246	Arminda	ai depois eu fiquei em <u>casa</u> ,=ai ele ajudou a limpá
247		as <u>coi:sa</u> .
248		(0.5)
249	Arminda	ai depois ele limpô: as coisa, >falando que não ia
250		fazer isso <u>mais</u> ,<=depois saiu;
251		(0.5)
252	Arminda	°foi embora.°
253		(2.2)
254	Arminda	.hh aí ele: (.) ficô tranquilo também mais uns
255		tempo.
256		(2.5)

O excerto inicia-se com um relato de Arminda sobre justificativa de Luan, feito com prestações de contas, primeiro, de ordem psicológica como alguém fora do controle emocional – “aí ele pego >converso comi:go, que tava com a cabeça quen:te,” e com problemas em sua vida privada – “que tinha acontecido

muita coisa, <” (linhas 231–232), o que desloca o problema para fora do eixo da relação Arminda e Luan, e pode funcionar como um acendedor da esperança na mulher de que tudo vai passar, porque o problema não está na relação dele com ela.

Em seguida, Arminda relata que ele usa a prática de prestação de contas como algo corriqueiro nessas situações – “aí ele começa (>sabe↓<)) (.) falá um montão de coisa,” (linhas 233–234), repete a explicação anterior de forma escalonada – “cabeça muito quen::te,” (linha 236), traz uma elocução dele que seria de explicação do motivo de sua violência, mas vazia – “aí que fez isso,” ou seja, ela ficou sem explicação do motivo que o levou a isso, e adiciona o ingrediente da promessa – “que não ia fazê ma::is,” (linha 238).

Nas linhas 240–255, Arminda descreve a fase da calma – “aí depois ele acalmô.” (linha 240), e o que se passou imediatamente em seguida: ambos desenvolvem atividade conjunta de restaurar a ordem em casa, sendo ele coadjuvante – “aí depois eu fiquei em casa,=aí ele ajudou a limpá as coi::sa” (linhas 246–247), efetuada durante uma circunstância (gerundiva): a reiteração da promessa de mudança – “>falando que não ia fazer isso mais, <=” (linha 249–250). Na sequência, ele se retira da cena da violência – “=depois saiu↓” e “°foi embora. °” (linhas 250 e 252).

Arminda encerra essa sequência com uma avaliação – “.hh aí ele: (.) ficô tranquilo também mais uns tempo.” (linhas 254–255). Destacamos duas observações: o advérbio – “também”, que expressa aqui conformidade, e uma indicação de duração limitada – “mais uns tempo.”. Ou seja, ela aceitou, mas reconhece a fragilidade da calma. Em outras palavras, o ciclo da violência recomeçou.

Ao longo desse momento, à exceção de uma pergunta relativa ao bem estar dos filhos – “<e as crianças::.” (linha 242), a mediadora mantém-se em silêncio, colocando-se receptora do final da história.

### **Voltando à justificativa inicial: renovação-perpetuação do ciclo**

No último excerto, Arminda retorna ao tempo presente do aqui e agora da interação, conectando a história ao ponto inicial: a justificativa de sua descrença na proposta da mediadora (linha 259):

#### **Excerto\_8\_1ªEPM\_Arm\_violência\_contra\_mulher\_(31’27”–31’43”)**

```

257 Arminda mas >é sempre assim.< °ele° sempre::, fica
258 assim.=>apronta, apronta::,< (.) e:, {2.2} °sempre
259 sai vitorioso.°
260 (2.5)
261 Arminda °sempre foi assim.°
262 (2.2)
263 Arminda só: que:m? (.) convive mesmo, os vizinhos, {0.8}
264 >mas ninguém qué dá as cara,< °entendeu.° ninguém
265 qué::-

```

O turno de Arminda nas linhas 257–259 descreve uma ação central de Luan, repetida, para informar frequência – “=>apronta, apronta::, <” (linha 258), acompanhada antes e depois por avaliações (Goodwin e Goodwin 1987) – “mas>é sempre assim.<°ele°sempre::, fica assim.” (linhas 257 e 258) e “(.) e:, {2.2} °sempre sai vitorioso. °” (linhas 258–259), reconhecendo haver um

padrão cíclico, e impunidade, através da metáfora de guerra, que o coloca como ganhador – “°sempre sai vitorioso.°”, e a ela própria, por inferência, como perdedora. Ou seja, Arminda fica sujeita a novos ciclos de violência.

Após pausa significativa (linha 260), Arminda realiza avaliação que expressa conformidade – “°sempre foi assim.°” (linha 261), e revela o acesso epistêmico (Stivers *et al.* 2011) à violência – “só: que:m? (.) convive mesmo,” (a vítima) e “os vizinhos,” (linha 263).

Arminda encerra a sequência com nova avaliação, que retrata o posicionamento dos vizinhos perante a necessidade de testemunhar a violência – “(0.8)>mas ninguém qué dá as cara,<°entendeu.° ninguém qué::-” (linhas 263–265). No fundo, expressa desamparo. Argumentativamente, recoloca a justificativa de que não vai dar certo falar com Luan na mediação.

### **Discussão final**

Dados estatísticos alarmantes sobre a violência contra a mulher têm levado muitos países a buscarem formas de combate à violência, seja por via legal, seja por políticas públicas. Um dos desafios nesse esforço de proteção às mulheres é a dificuldade que as vítimas enfrentam de reconhecer que a violência física é apenas um dos tipos que podem sofrer, de denunciar casos de qualquer tipo de violência, e de interromper o chamado ciclo da violência, pondo um fim nesse processo.

Através da microanálise, pudemos descrever, em detalhes, um episódio concreto de violência contra a mulher, em todos os seus momentos, bem como os atores sociais e instituições envolvidas. Podemos relacionar o episódio a duas fases do ciclo da violência: a explosão da violência, e da lua-de-mel. A análise do evento como explosão da violência é invocada pelas descrições feitas pela mulher das atividades do marido, as quais associamos a dois tipos de violência, descritos na LMP: ameaça psicológica e danos patrimoniais. Após a explosão da violência, vimos que membros da família mais próxima (mãe, irmã – ambas mulheres), o conselho tutelar (um homem), e a polícia (de delegacia não especializada, dois homens) foram as ajudas imediatas que a mulher e sua família buscaram.

A análise qualitativa, a partir dos dados, mostrou que a ajuda recebida pela mulher foi ineficaz em todas as esferas (pessoal e institucional). Após a explosão da violência, a rede de proteção primária da mulher ainda está limitada ao seu círculo familiar mais próximo (a irmã e a mãe). Vizinhos ou outros atores que possam ter conhecimento ou participação como circunstâncias de atos de violência não se dispõem a ajudar.

Quanto ao papel das instituições, vimos no relato da vítima que o encaminhamento do conselho tutelar de pedi-la para pensar, decidir e depois voltar não a ajuda, pelo contrário, acaba impondo a mulher a ser conivente com a situação de violência sofrida. A mulher vê-se diante de um dilema entre o seu papel de esposa e mãe. Se por um lado, enquanto esposa, a atitude tomada é a de busca imediata por ajuda, por outro lado, enquanto mãe, a denúncia da violência acarretaria na perda dos filhos, que seriam encaminhados a um abrigo. A atuação da polícia, diante da cena de violência extrema, também não ajuda a mulher a fazer denúncia, ao contrário, alerta o agressor das consequências, o que acaba adiando a denúncia para uma próxima vez.

O papel desses agentes pode ter contribuído para a perpetuação do ciclo da violência, conforme já evidenciado por Bruhn e Lara (2016), visto que a delonga para o amparo à

mulher em situação de violência, isto é, o não socorro imediato, acarreta o retorno da vítima para o seu relacionamento abusivo. No nosso caso, a mulher volta para casa, local onde vive também o marido, ficando à mercê do agressor e sujeita a novos ciclos de violência.

A partir dessas questões, indagamos: a mulher encontra ambiente favorável para a denúncia nas instituições? Acolhimento? Encaminhamento?

Daí decorre outra questão. O foco das campanhas de políticas públicas tem sido o de conscientizar a mulher sobre o ciclo da violência e suas fases e incentivá-la a fazer denúncia. Os agentes públicos não constam nos panfletos e materiais impressos no ciclo da violência, e são, no entanto, centrais, obviamente, não como atores da violência, mas como agentes no combate à violência. Ampliar o entendimento do ciclo da violência contra a mulher, incluindo aí todos os atores envolvidos – vítima, agressor, vizinhos e amigos, e as instituições – poderia ajudar a fortalecer as políticas públicas no combate à violência contra a mulher, em que todos estão unidos contra um mesmo problema: a violência.

Embora não tenha sido nosso foco, em termos aplicados, interessa discutir também a atuação da mediadora. Um valor caro à mediação expressa-se na chamada escuta ativa, técnica utilizada pelo mediador para demonstrar atenção e acolhimento durante a fala dos mediandos (Moore 1998). Podemos especificar melhor em que ela consiste, no caso das histórias de violência contra a mulher aqui ouvidas. A mediadora utilizou perguntas para reformar parte da história, esclarecer detalhes, gerenciou a história, fazendo-a avançar, e utilizou de silêncios.

Embora não tenha sido foco explícito, a temática toca em questões de moralidade da vida cotidiana nas relações conjugais e de gênero. Reforçamos também o valor da entrevista de pré-mediação como prática importante na mediação, que permite ao mediador ter acesso a certos conteúdos, que talvez não surjam no formato de sessão conjunta. Por fim, destacamos o poder das histórias na interação como locus privilegiado para lançar luz sobre aspectos relevantes da vida humana na sociedade, de suas instituições, e de aspectos macrossociais, como políticas públicas, educação, e treinamento profissional.

## Notas

<sup>1</sup>“present their created identity in the best, and their formulation of the other party’s identity in the worst, possible light” (tradução nossa).

<sup>2</sup>Consideramos a resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça como o marco da institucionalização dos métodos consensuais, por torná-los política de estado.

<sup>3</sup>Há considerável variação sobre o momento de introdução da mediação. Esse percurso é muito comum, mas também pode se dar antes da petição inicial, ou depois. Há juízes que preferem levar o caso até à audiência de conciliação.

<sup>4</sup>Há controvérsias, se a mediação deve lidar com histórias de violência doméstica (ver Muszkat 2008). A Lei da Mediação (nº 13.140), no capítulo IV, § 3º, fornece apenas o seguinte balizamento: “Não está abrangida pela regra de confidencialidade a informação relativa à ocorrência de crime de ação pública”.

## Referências

- Bandeira, L. M. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico de investigação. *Sociedade e Estado*, 29(2), 449–469.
- Barkhuizen, G. (2016). Introduction. In G. Barkhuizen, Org., *Narrative Research in Applied Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1–16.

- Borba, R. (2014). A linguagem importa? sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu*, (43), 441–474.
- Brasil, (2019). *Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)*. Brasília: Edicoes Câmara.
- Bruhn, M. M. e Lara, L. D. (2016). Rota crítica: a trajetória de uma mulher para romper o ciclo da violência doméstica. *Revista Polis e Psique*, 6(2), 70.
- Chauí, M. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. In B. Franchetto, M. L. V. C. Cavalcanti e M. L. Heilborn, Orgs., *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. São Paulo: Zahar Editores.
- De Fina, A. e Georgakopoulou, A. (2008). Analysing narratives as practices. *Qualitative Research*, 8(3), 379–387.
- Drew, P. (2013). Turn design. In T. Stivers e J. Sidnell, Orgs., *The handbook of conversation analysis*. Oxford, UK: Wiley-blackwell, 131–149.
- Drew, P. e Heritage, J. (1992). Analyzing talk at work: an introduction. In P. Drew e J. Heritage, Orgs., *Talk at Work*. Cambridge: Cambridge University Press, 3–65.
- Freitas, L. (2011). Representações de papéis de gênero na violência conjugal em inquéritos policiais. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 12(1), 128–152.
- Freitas, L. (2013). Análise crítica do discurso em dois textos penais sobre a lei maria da penha. *Alfa*, 57(1), 11–35.
- Gago, P. C. (2017). Narrative accounts and conflict escalation in legal family mediation. *Journal of Applied Linguistics and Professional Practice*, 10(3), 361–387.
- Goodwin, C. e Goodwin, M. H. (1987). Concurrent operations on talk: Notes on the interactive organization of assessments. *Papers in Pragmatics*, 1(1), 1–55.
- Gregori, M. F. (1993). *Cenas e Queixas: Um Estudo sobre Mulheres, Relações Violentas e a Prática Feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Jefferson, G. (1978). Sequential aspects of storytelling in conversation. In J. Schenkein, Org., *Studies in the organization of conversational interaction*. New York: Academic Press, 219–248.
- Jefferson, G. (2004). Glossary of transcript symbols with an introduction. In G. H. Lerner, Org., *Conversation Analysis: Studies from the First Generation*. Amsterdam: John Benjamins, 13–31.
- Labov, W. e Waletzky, J. (1967). "Narrative analysis". *Essays on the Verbal and Visual Arts*. Seattle: University of Washington Press.
- Lamoglia, C. V. A. e de Souza Minayo, M. C. (2009). Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do estado do rio de janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2), 595–604.
- Meneghel, S. N., Mueller, B., Collaziol, M. E. e de Quadros, M. M. (2013). Repercussões da lei maria da penha no enfrentamento da violência de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(3), 691–700.
- Moore, C. W. (1998). *O processo da mediação: estratégias práticas para resolução de conflitos*. Porto Alegre: Editora Artmed.
- Muszkat, M. E. (2008). *Guia prático de mediação de conflitos em famílias e organizações*. São Paulo: Summus Editorial.
- Oliveira, F. S., Mendes, F. C. S., Miranda, L. P., Lara, R. G., Camargos, R. D. S. P. e Silva, V. C. (2016). Violência doméstica contra a mulher: uma análise a partir do relato de casos. *Revista Médica de Minas Gerais*, 26, 443–444.

Gago, P. *et al.* - “Ele vai negar tudo”

*Language and Law / Linguagem e Direito*, Vol. 8(2), 2021, p. 25-47

- Ostermann, A. C. (2008). Análise da conversa (aplicada) como uma abordagem para o estudo de linguagem e gênero: o caso dos atendimentos a mulheres em situação de violência no Brasil. *Athenea Digital*, 14, 245–266.
- Parizotto, N. R. (2018). Violência doméstica de gênero e mediação de conflitos: a reatualização do conservadorismo. *Serviço Social & Sociedade*, (132), 287–305.
- Pomerantz, A. (1986). Extreme case formulations. *Human Studies*, 9, 219–229.
- Rosa, L. W. e Falcke, D. (2014). Violência conjugal: compreendendo o fenômeno. *SPA-GESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*, 151(1), 17–32.
- Sacks, H. (1992). Lecture 2. features of a recognizable ‘story’; story prefaces; sequential local terms; lawful interruption. In H. Sacks, Org., *Lectures on conversation*. Oxford: Basil Blackwell, 17–31.
- Sacks, H., Schegloff, E. A. e Jefferson, G. (2003[1974]). Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. *Veredas-Revista de Estudos Linguísticos*, 7(1 e 2), 9–73.
- Saffioti, H. I. B. (1976). *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Santos, C. M. e Izumino, W. P. (2005). Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, 16(1), 147–164.
- Schegloff, E. A. (1992). Repair after next turn: The last structurally provided defense of intersubjectivity in conversation. *American Journal of Sociology*, 97(5), 1295–1345.
- Schegloff, E. A. (1996). Some practices for referring to persons in talk-in-interaction: A partial sketch of a systematics. In B. Fox, Org., *Studies in Anaphora*. Amsterdam, Netherlands: John Benjamins, 437–485.
- Schegloff, E. A. (2007). *Sequence organization in interaction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sidnell, J. (2010). *Conversation Analysis: An Introduction*. Oxford: Blackwell.
- Stewart, K. A. e Maxwell, M. M. (2010). *Storied conflict talk: narrative construction in mediation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Stivers, T., Mondada, L. e Steensig, J. (2011). *The Morality of Knowledge in Conversation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Walker, L. E. (1979). *The battered woman syndrome*. New York: Springer Publishing Company.